

II Simpósio Internacional de Inovação em Cadeias Produtivas do Agronegócio

Programa de Pós-Graduação em Administração e Campus Universitário de Vacaria -
Polo de Inovação Tecnológica Campos de Cima da Serra

26 e 27 de agosto

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO

Adriane Bruchez, Andrea Simoni Kiekow, Gabriela Zanandrea, Maria Emília Camargo

RESUMO: Da mesma forma que na administração de empresas privadas, na administração pública é relevante que a gestão dos recursos disponíveis seja realizada de forma eficaz e eficiente. A eficiência na gestão pública objetiva o emprego dos recursos para obter melhores resultados a menores custos, sendo que sua medição pode ser realizada por meio da análise do desempenho. Assim, este estudo teve por objetivo analisar a eficiência da administração pública na educação dos municípios do Rio Grande do Sul, por intermédio de análise da correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDH-E) com o Indicador de Investimento por Aluno em educação, bem como com o IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal). Para tanto, foi realizado estudo quantitativo e descritivo, e análise de dados secundários. A população do estudo foram os 496 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e os dados utilizados foram com base no ano de 2010. Os resultados apontam que tanto o investimento em educação por aluno, quanto o IFGF apresentam correlação positiva com o IDH-E, e, portanto, quanto maior for o investimento realizado em educação, e melhor for à gestão dos recursos arrecadados, maior será o desenvolvimento da população no que tange a educação.

Palavras-chave: Administração Pública; Eficiência; Educação.

1 INTRODUÇÃO

Conforme o disposto na Constituição Federal de 1988, a educação, a saúde e a moradia são direitos sociais da população. Compete ao município à realização da manutenção dos programas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, e a prestação de serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado. Já a promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais são de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A alocação dos recursos por parte do governo tem como objetivo a oferta de bens e serviços necessários à população, que não são providos pelo sistema privado devido à sua inviabilidade econômica (SILVA et al., 2012). Entretanto, de acordo com o Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade (IRBES), realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) em 2015, o Brasil está entre os 30 países com a maior carga tributária, e ocupou pelo quinto ano consecutivo o posto de país que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem estar da sociedade.

Dessa forma, embora as funções econômicas distributiva, estabilizadora e alocativa do Estado destinam-se a corrigir ou minimizar divergências no âmbito da sociedade e de seus segmentos, parte significativa das políticas públicas tem como gargalo a otimização dos recursos, uma vez que os critérios de sua distribuição para demandas determinam a efetividade da ação do governo. A existência de desigualdades em relação ao setor educacional, de saúde e habitacional, e a ineficiência da aplicação dos recursos públicos, reflete nas disparidades e desenvolvimento socioeconômico das regiões e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população (SILVA et al., 2012).

No Brasil, o sistema educacional reforça o processo de concentração de renda e aumenta a desigualdade, em vez de diminuí-la. O fato se deve a existência de trajetórias visivelmente distintas para ricos e pobres. Os ricos recebem educação de padrão comparável ao do Primeiro Mundo, enquanto os pobres, apesar do acesso universal à educação primária, são marginalizados pela qualidade do ensino que recebem. A qualidade da educação pública primária é tão baixa que muitos dos alunos que frequentam as séries primárias ainda são definidos como analfabetos funcionais (LUNA; KLEIN, 2009).

Além disso, estudos sobre a distribuição de renda mostram a educação como fator fundamental para explicar diferenças nos salários, o que indica que as deficiências na educação e na alocação de recursos públicos nessa área afeta negativamente a distribuição de renda da população (LUNA; KLEIN, 2009). Já no setor da saúde, por meio dos resultados encontrados pelo estudo de Noronha e Andrade (2002), é possível identificar a existência de desigualdade social no setor, sendo que esta desigualdade na maior parte das vezes se mostra favorável aos grupos sociais mais elevados. Além disso, pode-se perceber que os estados que apresentam a maior desigualdade social em saúde a favor das camadas de alta renda são: Rio Grande do Sul, Distrito Federal, e Minas Gerais.

Nesse sentido, na economia do Rio Grande do Sul é possível verificar uma grande discrepância regional tanto em termos sociais como em termos econômicos. A metade Sul do Rio Grande do Sul apresenta-se como uma região em profundo processo de estagnação, inclusive no que se refere a programas de desenvolvimento regional, e as estruturas produtivas são diferentes da metade Norte do estado (ALMEIDA, 1990).

O Rio Grande do Sul é constituído por três grandes regiões, sendo a primeira, por ordem cronológica de formação, o sul caracteristicamente agrário, com predomínio da pecuária e posteriormente da lavoura de arroz. A segunda região é a norte, também predominantemente agrária, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, sendo uma região heterogênea, onde há concentração de lavouras mecanizadas de trigo e soja. A última

região é a nordeste, que se caracteriza pela presença de vários setores industriais, juntamente com grandes concentrações urbanas, constituída pelo eixo Porto Alegre – Caxias do Sul e por algumas áreas no seu entorno, e que forma o parque industrial (ALMEIDA, 1990).

Entretanto, o desenvolvimento local e regional envolve questões vinculadas às diversas temáticas e assuntos municipais, que podem ser relacionadas: a agricultura; ciência e tecnologia; comércio; cultura; educação; esporte; habitação; indústria; lazer; meio ambiente; saúde; segurança; serviços; sociedade; transporte; turismo; urbano e rural (REZENDE, 2006). Cabem, portanto, aos gestores de cada município as funções de planejar e executar programas, projetos e ações no intuito de fomentar as atividades econômicas e sociais relativas à indústria, comércio, serviços e turismo, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento socioeconômico, assim como para a geração de emprego, renda e melhoria de vida da população local (SEBRAE, 2008).

Dessa forma, o presente estudo buscou analisar a eficiência da administração pública na educação nos municípios do Rio Grande do Sul, por meio de análise da correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDH-E) com o Indicador de Investimento por Aluno em educação, bem como com o IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal). Para tanto, o estudo apresenta: primeiramente o referencial teórico, que trata da administração pública e dos seus princípios, dentre os quais se destaca neste estudo o princípio da eficiência, e posteriormente, apresenta os conceitos e estruturas do IDH-E, do Indicador de Investimento por Aluno em educação, e do IFGF, que são utilizados como variáveis de análise para a pesquisa; em um segundo momento, é apresentado o método utilizado; após, é apresentada a análise dos resultados obtidos; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Administração Pública

A palavra administração deriva dos termos em latim *ad* e *minister*, que significam respectivamente direção para, e tendência e obediência. Dessa forma, o termo remete a alguém que presta um determinado serviço a outra pessoa. Entretanto, contemporaneamente, a atividade de administrar não corresponde à definição original, mas sim, passou a ser a união das funções de planejamento, organização, direção e controle de todas as ações desenvolvidas em todas as áreas e em todos os níveis hierárquicos da empresa, seja ela privada ou pública, visando o cumprimento dos objetivos da maneira mais pertinente possível (BONOME, 2009).

No que tange a administração pública, pode-se verificar que ela existe desde a formação das primeiras comunidades humanas, mesmo que de forma rudimentar, onde existia um chefe, um líder, uma estrutura, indivíduos dispostos a acatar as ordens desse chefe, e

necessidades e interesse comuns que eram os condicionantes para esta administração (ESCOLA, 1989). Assim, a administração pública é definida como a gestão de interesses, de acordo com a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e conservação alheias, sendo que os bens administrados são da coletividade (MEIRELLES, 1981).

De acordo com Kohama (1998), a administração pública é a atividade do Estado que satisfaz as necessidades coletivas, de forma direta, contínua e permanente, e que está sujeita ao ordenamento jurídico vigente. Entretanto, no que se refere à administração do município, existe maior complexidade, uma vez que além de prestador de serviços públicos, os gestores, e, portanto a administração pública, seja também agente promotor de desenvolvimento, para melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, sendo a administração pública a atividade do Estado de administrar os valores de tributos recolhidos em prol da sociedade como um todo, é necessário que sejam seguidos os seus princípios orientadores no Brasil, dispostos no art. 37 da Constituição Federal (1988), que “são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes” (ALEXY, 2011, p. 90). Para tanto, os princípios da administração pública compreendem: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O princípio da eficiência exige que a administração atue com presteza, perfeição e sempre tenha por objetivo o alcance de resultados práticos, visando sempre o interesse público. Assim, a administração não deve se contentar em exercer seus atos dentro da legalidade, mas buscando resultados positivos para o serviço público (BRASIL, 1988).

A gestão pública deve otimizar os recursos com o intuito de incrementar os níveis de desenvolvimento socioeconômico, garantindo um máximo de resultado, dada uma quantidade fixa de insumo, que nesse caso, é o recurso público. O desafio da eficiência se torna complexo haja vista as particularidades de cada município, devido as suas demandas, prioridades e recursos distintos entre si (COSTA et al., 2015).

A eficiência na administração pública se dá a partir do momento em que esta emprega os melhores recursos e meios, objetivando melhores resultados a menores custos, bem como o tratamento dos usuários em regime de igualdade. O desempenho na gestão do setor público pode ser realizado por meio da análise da aplicação de recursos públicos, com o objetivo de demonstrar a eficiência das ações dos gestores (PEÑA, 2008).

O crescimento de serviços públicos oferecidos ou projetados a fim de promover a melhoria no atendimento da população é o objetivo social de um Estado Gerencial (GOMES, 2010). No Brasil, a formulação de políticas públicas é resultado do histórico de estudo do

financiamento da educação face a crescente demanda, assim como das restrições que envolvem o setor governamental. (MACHADO, 2011).

A cobrança, por parte da sociedade, pela aplicação correta dos recursos e pelos resultados das políticas públicas, faz com que cada vez mais sejam utilizados métodos que elucidem a mensuração da eficiência. Com isso, tem-se que os indicadores de desempenho são cada vez mais utilizados para a disseminação e planejamento das políticas públicas (NOGUEIRA, 2010).

Nesse sentido, Mesquita e Santos (2015) analisaram 13 artigos publicados sobre eficiência na Administração Pública brasileira, indexados na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Por meio do estudo, pode-se verificar a existência de distintas perspectivas e metodologias para análise da eficiência de instituições públicas brasileiras, embora o número de estudos ainda seja pequeno.

Vaz (1995) afirma que ao estabelecer os critérios de avaliação do desempenho da gestão de um município, é necessário considerar a sua capacidade em promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto, torna-se difícil a distinção entre os resultados das ações do governo municipal e das ações implementadas por outros atores sociais como governos estaduais e federais, organizações não governamentais e associações filantrópicas, além dos resultados obtidos pela atividade econômica.

Um componente essencial na formulação dessas avaliações é o custo da melhoria de qualidade de vida, pois quanto maior for a capacidade do gestor municipal em promover a qualidade de vida do cidadão, com um mesmo volume de recursos, maior será a sua eficiência (JUBRAN, 2006). Diante disso, a análise de indicadores possibilita ao gestor público identificar as potencialidades e limitações, com o objetivo de promover e implantar políticas públicas, alocando recursos públicos nos setores identificados como prioridades (JANNUZZI, 2009).

Assim, para este estudo, como critério de análise foram utilizados: a correlação entre os dados coletados pelo IDH-E com o Investimento educacional por aluno, presente nos Indicadores de Investimento por Aluno do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE); e a análise da correlação entre o IDH-E com o IFGF.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um conjunto formado por três dimensões, quais sejam: saúde, educação e renda. Tem como metodologia a mensuração na seguinte forma: a longevidade (saúde) é medida pela expectativa de vida; a educação é medida pela média do período em que as pessoas acima de 25 anos receberam educação; a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; por

último o pilar de padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2016). Dessa forma, os percentuais utilizados na análise do presente estudo, correspondem ao IDH, somente no que diz respeito à educação, dos 496 municípios do Rio Grande do Sul no ano de 2010, conforme Tabela 1.

O segundo indicador utilizado é o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), que é um sistema eletrônico, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que objetiva a coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Além disso, calcula a aplicação da receita vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino de cada ente federado (FNDE, 2016).

A alocação dos investimentos públicos em educação é realizada de acordo com os níveis de ensino que se relacionam com as principais subfunções da educação, sendo elas: ensino fundamental; ensino médio; educação profissional; educação superior; e educação infantil, possibilitando um melhor acompanhamento em cada etapa escolar. Os investimentos com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial são distribuídos nas etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, de acordo com o número de matrículas em cada uma dessas etapas, e no Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional. Os recursos investidos na Educação Superior correspondem aos níveis de graduação, abrangendo cursos superiores em Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura, além dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado, mestrado profissional e doutorado. Nesse nível de ensino não são considerados os valores despendidos para os cursos de especialização (*lato sensu*) (MACIEL, 2009).

Dessa forma, os valores utilizados na análise do presente estudo, são correspondentes ao investimento total em educação por aluno, realizado em cada um dos 496 municípios do Rio Grande do Sul no ano de 2010.

O terceiro índice utilizado é o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), cujos indicadores utilizados para a composição deste índice são: receita própria, investimentos, gastos com pessoal, liquidez, e custo da dívida. O indicador custo da dívida tem peso de 10% enquanto que cada um dos demais possui peso de 22,5% no total do índice. Assim, para que a análise do IFGF possa apresentar um indicador de gestão eficiente nos municípios, será necessário que estes possuam receita própria e investimentos, bem como apresentem menor despesa com a dívida pública e com folha de pagamento. Dos conceitos estabelecidos deste

índice, quando apresentar resultado superior a 0,8 pontos estará indicando o Conceito A (Gestão de Excelência); quando apresentar resultados entre 0,6 e 0,8 estará indicando Conceito B (Boa Gestão). Já o resultado de índice entre 0,4 e 0,6 pontos significa Conceito C (Gestão em Dificuldade), e inferior a 0,4 será com Conceito D, considerado como Gestão Crítica (FIRJAN, 2016).

3 MÉTODO

O estudo é classificado quanto a sua abordagem como quantitativo, caracterizando-se por sua objetividade, pela análise de dados numéricos e a aplicação de testes estatísticos (COLLIS; HUSSEY, 2005). Trata de investigações de pesquisa empírica, e tem por finalidade descrever ou analisar fenômenos, avaliar programas, ou isolar variáveis-chaves (DENCKER; VIÁ, 2002).

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa é caracterizada como descritiva, uma vez que intenciona identificar características (HAIR JR. et al., 2005) e determinar as relações de causa e efeito (MALHOTRA, 2010), descrevendo os fatos por meio de mensuração e quantificação de dados (SAMPIERI et al., 2010).

Quanto aos procedimentos, o estudo emprega a análise de dados secundários, que segundo Hulley et al. (2008), é o uso de dados existentes para investigar questões de pesquisa diferentes daquelas para as quais os dados foram originalmente coletados. Para os autores, a utilização de dados secundários pode ser realizada por meio de dados individuais, ou agregados. No caso do uso de dados agregados a informação só está disponível para um determinado grupo de sujeitos e por isso, só é possível medir associações comparando informações grupais sobre um determinado fator de risco com a taxa de um desfecho. Entretanto, para este estudo, os dados utilizados são caracterizados como individuais, pois podem vir de várias fontes, como estudos prévios e base de dados, onde o investigador pode medir associações entre características nos indivíduos da amostra, da mesma forma que teria feito se tivesse coletado seus próprios dados.

Dessa forma, os dados coletados para este estudo são o IDH - Educação, os investimentos por aluno dos Indicadores de Investimento do SIOPE, e o IFGF. Todos os Índices e valores utilizados são referentes ao ano de 2010, dos 496 municípios do Rio Grande do Sul. Os dados foram tabulados em uma planilha por meio do programa *Microsoft Excel*, organizados, e posteriormente, com o auxílio do programa *IBM SPSS Statistics 20* foram realizados os testes de normalidade e a análise de correlação de *rho* de *Spearman*.

O coeficiente de correlação *rho* de *Spearman* mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais, variando entre -1 e 1. Quanto mais próximo estiver destes extremos, maior

será a associação linear entre as variáveis, no qual o sinal negativo da correlação significa que as variáveis alteram em sentido contrário, ou seja, as categorias mais elevadas de uma variável estão associadas a categorias mais baixas da outra variável (PESTANA; GAGEIRO, 2005). A técnica abrange a análise dos dados amostrais com o objetivo de verificar como duas ou mais variáveis estão relacionadas em uma população (STEVENSON, 2001; LARSON; FARBER, 2010).

Em relação à população e amostra do estudo, os dados coletados abrangem o total da população, ou seja, foram analisados os Índices e valores referentes a todos os municípios que compõe a população, tratando-se dos 496 municípios do Rio Grande do Sul.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados é dividida em duas etapas, visto que foi realizada inicialmente a análise de correlação entre o IDH-E e o IFGF, e posteriormente, a análise de correlação entre o IDH-E e o Investimento em educação por aluno – SIOPE.

4.1 Análise de correlação entre o IDH-E e o IFGF

Efetou-se inicialmente os testes de normalidade *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro Wilk*, referentes à correlação entre o IFGF com o IDH geral, IDH-E, IDH-R, e IDH-L. O teste de *Kolmogorov-Smirnov* destina-se a averiguar se uma amostra pode ser considerada como proveniente de uma população com uma determinada distribuição. Além disso, foi realizado um teste de ajustamento, sendo ele o *Shapiro-Wilk*, tendo em vista que é indicado para amostras de dimensão reduzida (TORMAN; COSTER; RIBOLDI, 2012).

Assim, todos os índices utilizados foram submetidos ao teste de normalidade. Todavia, somente o IDHM-R, que apresentou significância de 0,364, ou seja, maior que 0,05, foi normalmente distribuído conforme Tabela 1. Dessa forma, optou-se por utilizar o coeficiente de correlação de *rho de Spearman*, que é não paramétrico e não exige normalidade dos dados, ao nível de significância de 5%.

Tabela 1 – Teste de normalidade dos dados IFGF e IDH-E

	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>			<i>Shapiro-Wilk</i>		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
IDHM	,076	493	,000	,981	493	,000
IDHM-R	,038	493	,088	,997	493	,364
IDHM-L	,064	493	,000	,983	493	,000
IDHM-E	,045	493	,017	,986	493	,000
IFGF	,069	493	,000	,973	493	,000

Fonte: Elaborado com dados de FIRJAN (2010) e PNUD (2010).

Dessa forma, ao se realizar a correlação de *rho* de Spearman, verifica-se que há correlação positiva entre IFGF e o IDH-M ($r_s=0,182$; $p=0,000$), entre IFGF e o IDHM-R ($r_s=0,240$; $p=0,000$) e entre IFGF e o IDHM-E ($r_s=0,134$; $p=0,003$) conforme Figura 1. Portanto, pode-se identificar que quanto maior for o IFGF, ou seja, quanto melhor for a gestão dos recursos por parte da administração pública, maior será também o desenvolvimento da população.

Figura 1 – Correlação entre IFGF e IDH-E

Correlations				
			IDHM	IFGF
Spearman's rho	IDHM	Correlation Coefficient	1,000	,182**
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	496	493
	IFGF	Correlation Coefficient	,182**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	493	493

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Elaborado com dados de FIRJAN (2010) e PNUD (2010).

4.1 Análise de correlação entre o IDH-E e o Investimento em educação por aluno – SIOPE

Realizou-se o teste de normalidade dos dados *Kolmogorov Smirnov* e *Shapiro Wilk*, conforme Tabela 2, que apresentaram níveis de significância inferiores a 0,05, e, portanto, os dados são considerados anormais. Dessa forma, assim como na análise de correlação entre IFGF e IDH-E, foi aplicada também a análise de correlação de *rho* de *Spearman* para a análise entre IDH-E e o Investimento em educação por aluno.

Tabela 2 – Teste de normalidade dos dados IDH-E e o Investimento em educação por aluno

	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>			<i>Shapiro-Wilk</i>		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
IDH	,046	496	,014	,986	496	,000
Valor gasto em educação	,170	496	,000	,733	496	,000

Fonte: Elaborado com dados de Sistema FNDE (2010) e PNUD (2010).

Em seguida, foi realizada a análise de correlação de *rho* de *Spearman*, que, conforme Tabela 3, aponta que as variáveis são correlacionadas, e, portanto, pode-se afirmar que na medida em que os investimentos em educação aumentam, também aumenta o índice de desenvolvimento humano nos municípios do Rio Grande do Sul. Assim, quanto mais os

municípios investem em educação maior será o desenvolvimento em educação para sua população.

Tabela 3 – Teste de normalidade dos dados IDH-E e o Investimento em educação por aluno

		IDH	Valor em gasto	
Teste de Spearman	IDH	Coeficiente de correlação	1,000	
		Sig. (2-tailed)	.	
		N	496	
	Valor gasto em educação	Coeficiente de correlação	,118**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,008	.
		N	496	496

** . Correlação é significativa no nível 0.01 (2-tailed).

Fonte: Elaborado com dados de Sistema FNDE (2010) e PNUD (2010).

Dessa forma, pode-se identificar que, muito embora a literatura indique que os valores arrecadados com impostos sejam altos, quanto maior for o investimento realizado em educação, e melhor for à gestão desses recursos arrecadados, maior será o desenvolvimento da população no que tange a educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar a eficiência da administração pública na educação nos municípios do Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou-se a análise da correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDH-E) com o Indicador de Investimento por Aluno em educação, e a análise de correlação entre o IDH-E com o IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal).

Pode-se verificar que há correlação positiva entre IFGF e o IDH-E ($r_s=0,134$; $p=0,003$), e, portanto, quanto maior for o IFGF, ou seja, quanto melhor for a gestão dos recursos por parte da administração pública, maior será também o desenvolvimento da população. Além disso, pode-se identificar correlação positiva também no que se refere ao IDH-E e o Investimento por aluno realizado pelos municípios, e, por conseguinte, na medida em que os investimentos em educação aumentam, também aumenta o índice de desenvolvimento humano nos municípios do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, pode-se identificar que, a despeito da literatura, que indica que os valores arrecadados com impostos são altos, quanto maior for o investimento realizado em educação, e melhor for à gestão desses recursos arrecadados, maior será o desenvolvimento da população no que tange a educação.

Como limitações para este estudo, pode-se citar a utilização de índices que não foram utilizados por estudos semelhantes, e com a mesma finalidade, e, destarte, sugere-se que

outras metodologias de análise de eficiência da administração pública sejam empregadas para os municípios do Rio Grande do Sul, com a finalidade de afirmar os resultados encontrados neste estudo.

REFERÊNCIAS

ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

ALMEIDA, P. F. C. de. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, 1990.

BONOME, J. B. V. **Princípios de Administração**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=D9ndjeGmsnAC&pg=PA7&dq=significado+da+pala+vra+administra%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiqyKbTr_XMAhVEI5AKHbTADMYQ6AEIQDAC#v=onepage&q=significado%20da%20palavra%20administra%C3%A7%C3%A3o&f=false>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 mai. 2016.

CAJASEIRA, A. P. G. B.; JORGE, M. A. Responsabilidade Fiscal e Desenvolvimento Municipal: Uma análise dos municípios sergipanos no período de 1997/2010. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 124-149, 2015.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, C. C. de M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 49, n.5, p. 1319-1347, set./out., 2015.

DENCKER, A. de F. M.; VIÁ, S. C. da. **Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.

ESCOLA, H. J. **El interés público como fundamento del derecho administrativo**. Buenos Aires: Edições Depalma, 1989.

FIRJAN. **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**. 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/Ifdm/versaoimpressa/files/assets/common/downloads/publication.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2016.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. 2010**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Site Institucional**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

GOMES, C. S. **Eficiência dos sistemas municipais de educação no estado de São Paulo**. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010.

HAIR JR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HULLEY, S. B.; CUMMINGS, W. R.; BROWNER, W. S.; GRADY, D. G.; NEWMAN, T. B. **Delineamento a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

IRBES. Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade. **Estudo sobre carga tributária/PIB x IDH**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/2171/IRBES2015.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. Brasília: CAPES, 2009.

JUBRAN, A. J. **Modelo de análise de eficiência na administração pública: estudo aplicado às prefeituras brasileiras usando a análise envoltória de dados**. 2006. 23 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Curso de Pós-graduação em Engenharia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática**, 6. ed. São Paulo. Atlas. 1998.

LARSON, R.; FARBER, E. **Estatística aplicada**. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

LUNA, F. V. L.; KLEIN, H. S. Desigualdade e indicadores sociais no Brasil. In: SCHWARTZMAN, I. F.; SCHWARTZMAN, F. F.; SCHWARTZMAN, M. L. **O sociólogo e as políticas públicas: ensaio em homenagem a Simon Schwartzman**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Cap. 5, p. 97-116.

MACIEL, W. K. dos S. **Metodologia para o cálculo do indicador “Investimento Público em Educação em relação ao PIB”**. Brasília: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)/MEC (Ministério da Educação e Cultura), 2009.

MACHADO, A. **As finanças públicas e a sociedade: um estudo de caso dos gastos em educação dos municípios da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro no período de 2004 a 2008**. Rio de Janeiro, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: foco na decisão**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

MEIRELLES, H. M. **Direito administrativo brasileiro**. 8. ed. São Paulo. 1981.

MESQUITA, R. de B.; SANTOS, T. M. dos. Estudos sobre eficiência na Administração Pública Brasileira. *Espacios*, v. 36, n. 09, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a15v36n09/15360906.html>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

NOGUEIRA, J. M. M. **A Gestão do Poder Judiciário: uma análise do sistema de mensuração de desempenho do Judiciário brasileiro**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas São Paulo, São Paulo, 2010.

NORONHA, K. V. M. de S.; ANDRADE, M. V. **Desigualdades sociais em saúde: evidências empíricas sobre o caso brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20171.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

PEÑA, C. R. Um modelo de avaliação da eficiência da administração pública através do método análise envoltória de dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea**, v.12, n.1, p. 83-106, 2008.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 4. ed. rev. e aum. Lisboa: Sílabo, 2005.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. 2001. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/rdh%202001%20pt.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico municipal como proposta de desenvolvimento local e regional de um município paranaense. **Rev. FAE**, Curitiba, v.9, n.2, p.87-104, 2006.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2010.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Dicas para estimular o desenvolvimento local a partir dos pequenos negócios** – Guia prático do prefeito empreendedor. Brasília: DF, 2008. Disponível em: <<http://www.facmat.org.br/cms/upload/facmat/GuiaPraticodoPrefeitoEmpreendedor2008.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

SILVA, A. de A. P.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 96 – 114, 2012.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

TORMAN, V. B. L.; COSTER R.; RIBOLDI J. Normalidade de variáveis: métodos de verificação e comparação de alguns testes não-paramétricos por simulação. **Revista HCPA**, v. 32, n. 2, p. 227-234, 2012.

VAZ, J. C. Medindo o desempenho da gestão. **Instituto Pólis**. Ideias para a ação municipal, n. 37, abril, 1995. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/322/322.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.